Xadrez comercial

Tem sido intensa a movimentação internacional com vistas ao comércio, o que interessa ao Brasil. Desde a reunião de Quebec sobre a Alca, em abril, até as recentes tratativas para um acordo União Européia-Mercosul, o jogo do mercado tem tido lances cada vez mais audaciosos e inesperados.

Tudo se passa em um cenário complexo: a crise da Argentina – que não é fundamental para o Brasil no longo prazo – deu um coice no Mercosul, por obra do errático ministro Cavallo; os EUA isolam-se do resto do mundo, até na questão ambiental, pela ação protecionista do governo Bush; a Ásia parece entrar num processo de não crescimento, para não dizer recessão; e a Europa está às voltas com os problemas do alargamento da UE através da admissão dos países do Leste.

Nesse complicado xadrez, três eventos importam para a agricultura nacional: o pronunciamento do comissário europeu do comércio, Pascal Lamy, a votação da nova Farm Bill norte-americana e a firme posição do governo brasileiro na defesa do setor.



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.*

No rastro das negociações para a integração UE-Mercosul, Lamy veio ao Brasil para deixar um recado claro: a UE defende duas vias para o desenvolvimento, o regionalismo e o multilateralismo, insistindo que são complementares. Define desenvolvimento como "o justo equilíbrio entre o jogo das forças de mercado e o papel dos poderes públicos na oferta de bens coletivos e na consolidação do Estado de direito", e avisa que o unilateralismo não serve à América Latina, porque é um privilégio dos países dominantes e ricos. E, em velada advertência contra a Alca, interroga-se sobre os reais benefícios, para países como o Brasil, de integração Norte-Sul.

Em suma, deixa claro que a UE quer se relacionar com o Mercosul, onde reconhece que o Brasil é o líder natural, e está preocupado com a Alca: quer o regionalismo americano sem os EUA. Quanto à questão agrícola, conceitua todo o assunto relacionado a multifuncionalidade, segurança do alimento, saúde pública, sustentabilidade, condições sociais de produção, e remete toda a negociação para um novo round da OMC. Qualquer acordo agrícola UE-Mercosul, por exemplo, deverá ser lastreado por decisão multilateral. Sublinha ainda pontos básicos para os europeus:

- se os subsídios agrícolas fossem totalmente eliminados, 5 milhões dos atuais 7,5 milhões de agricultores europeus desapareceriam.
- se os países do Leste entrassem na UE, cerca de 52% dos recursos atuais do PAC teriam que ser dirigidos para eles, o que, é óbvio, atrasará a integração;
- a UE quer separar as questões comerciais das não comerciais (sanidade, cláusula social), e só com o paralelismo entre as normas sanitárias do Mercosul e as européias será possível reduzir barreiras não tarifárias;

Portanto, com timidez mas com firmeza (talvez pela ameaça da Alca), a UE sinalizou uma aproximação comercial agrícola rumo ao Mercosul.

Enquanto isso, em 12 de julho o Comitê Agrícola da Câmara dos Deputados dos EUA colocou em discussão os conceitos básicos da nova Lei Agrícola americana, a ser votado até setembro do ano que vem, quando termina o Fair Act de 1996. A linha dominante do documento vai em direção ao recrudescimento do protecionismo que, por sua vez, irá gerar excedentes agrícolas que derrubarão os preços internacionais, prejudicando produtores de países como o Brasil.

O draft da nova lei tem alguns pontos preocupantes:

- o Congresso americano já aprovou um adicional de US$79 bilhões para financiar a política agrícola do país entre 2001 e 2011; somados aos US$114 bilhões previstos anteriormente, os americanos terão US$193 bilhões nos próximos 11 anos, ou US$17,5 bilhões por ano de suporte governamental. Com isso, fica evidenciada uma direção de sustentação de preços que garante a renda dos produtores sem relação com os preços de mercado.
- Aliás, os programas de garantia de preço e renda ao produtor terão um aumento de US$50 bilhões, 63% do total do pacote adicional aprovado.
- Os mecanismos combinados propostos no Fair Act garantirão aos produtores de cereais, oleaginosas e algodão uma renda mínima, com base em target prices fixos, independentes do mercado: quanto mais este cair, maiores serão os pagamentos do governo aos produtores.
- Tudo isso será desvinculado de qualquer compromisso de redução da área plantada. Ora, com preços e renda garantidos, os produtores americanos aumentarão sua área, a produção crescerá, os estoque subirão e os preços para os outros cairão.
- Um exemplo: com todos os novos instrumentos propostos funcionando, um produtor de soja poderá receber até US$12,7 por saca em 2002, (US$5,76 por bushel). É claro que a UE já está reagindo a esse pacote.

Por tudo isso, é fundamental a manutenção, por parte do governo brasileiro, da firme posição adotada pelo ministro Pratini de Moraes em recente pronunciamento em Nova York contra o protecionismo que distorce os preços e inibe a competição. E o provável painel que o Brasil quer na OMC para provar que os americanos derrubaram o mercado de soja é muito importante.

Se a Europa faz um pequeno avanço, os EUA recuam na abertura. O Brasil precisa negociar simultaneamente em três áreas: OMC, Alca e Mercosul-UE. Com firmeza, conseguiremos melhorar nossa competitividade.